



Novembro/2009

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário** **Área Judiciária**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Português
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Um antigo documentário

Num desses canais de TV a cabo – ou no de TV Educativa, não me lembro ao certo – pude assistir, não faz muitos dias, a um documentário sobre a atuação dos irmãos Vilas-Boas junto a tribos indígenas do Xingu. A reportagem, apesar de tecnicamente algo tosca, resultou muito expressiva; deve datar do início dos anos 60. No centro dela, repontava o delicado tema da “aproximação” que os brancos promovem em relação aos índios ainda isolados. Cláudio Vilas-Boas, que chefiava a expedição, mostrou plena consciência da tensão que envolve esses primeiros contatos, que acabarão provocando a desfigurações da cultura indígena.

Há quem defenda, com razão, que o melhor para os índios seria que os deixássemos em paz, às voltas com seus valores, hábitos e ritos. Mas acabaria não sendo possível evitar que, mais dia, menos dia, algum contato se estabelecesse – e com o risco de que brancos ambiciosos e despreparados mostrassem, eles sim, a “selvageria” de que somos capazes.

A delicadeza da missão dos irmãos Vilas-Boas está em que eles procuram respeitar ao máximo a cultura indígena, enquanto a põem em contato com a nossa. Melhor que ninguém, os irmãos sabem que não aproveitaremos nada de tanto o que têm os índios a nos ensinar (na dedicação aos filhos, por exemplo) e que, ao mesmo tempo, os exporemos aos nossos piores vícios. Era visível a preocupação de Cláudio, pelos riscos desse contato: uma gripe trazida pelo branco pode dizimar toda uma aldeia.

Hoje, décadas depois, o documentário parece assumir o valor de um testamento: são impressionantes as cenas em que um chefe indígena recusa, com veemência, presentes dos “civilizados”; ele parece adivinhar o custo de tais ofertas, e busca se defender do perigo mortal que vê nelas. O país desenvolveu-se muito nesse tempo, modernizou-se, povoou regiões recônditas do interior, abriu espaço para as “reservas”. Mas sabemos que a cultura do colonizador não é, necessariamente, melhor do que a do colonizado. Apenas se revelou a mais bem armada, a mais forte das duas. Melhor seria se fosse, também, a mais justa.

(Roberto Melchior da Ponte, inédito)

1. A tese de que os índios nada ganham ao entrar em contato com o branco
- (A) é contestada no primeiro parágrafo, quando se faz referência à atuação dos irmãos Vilas-Boas.
 - (B) é admitida no segundo parágrafo, embora seja vista como impossível de se defender na prática.
 - (C) não é considerada como plausível ou justa, pois a força está sempre do lado do colonizador.
 - (D) não é admitida em nenhum momento do texto, uma vez que não traduz a posição de Cláudio Vilas-Boas.
 - (E) é levada em conta no último parágrafo, para ser descartada em razão de empecilhos culturais.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, a tensão demonstrada por Cláudio Vilas-Boas resulta da consciência dos perigos que esse primeiro contato acarretará mais tarde, para quem tomou a iniciativa dele.
- II. No terceiro parágrafo, expressa-se a dificuldade da missão de quem, ao mesmo tempo, respeita e expõe ao risco a vida e a cultura dos índios.
- III. No quarto parágrafo, a expressão *valor de um testamento* justifica-se pelo fato de os índios aculturados testemunharem a modernização do país.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

3. Infere-se do texto que Cláudio Vilas-Boas, assim como seus irmãos, tem consciência de que sua missão é

- (A) justa, mas desnecessária.
- (B) necessária, mas inexecutável.
- (C) injusta, além de desnecessária.
- (D) difícil, além de justa.
- (E) necessária, apesar de injusta.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *apesar de tecnicamente algo tosca* = malgrado a técnica meio rudimentar.
- (B) *às voltas com seus valores* = contornando seus atributos.
- (C) *os exporemos aos nossos piores vícios* = os advertiremos do que há de pior em nossos males.
- (D) *recusa, com veemência* = nega-se, voluntariamente.
- (E) *não é, necessariamente, melhor* = não atende melhor essa necessidade.



5. A cultura do colonizador impõe-se, via de regra, pela força das armas, e não pela inconteste superioridade de seus valores éticos.
- Uma outra redação clara e correta do que acima se afirma pode ser:
- (A) Conquanto se imponha pela força das armas, os valores éticos da cultura do colonizador não contestam alguma superioridade.
- (B) Incontestavelmente, não há superioridade ética enquanto se impõem pelas as armas, como é forçoso reconhecer, a cultura do colonizador.
- (C) A incontestável superioridade dos valores éticos de uma cultura mostra-se, como regra, pela imposição de suas armas.
- (D) É à força das armas, e não à discutível superioridade de seus valores éticos, que a cultura do colonizador recorre para se impor.
- (E) Costumeiramente, a cultura do colonizador, pela força das armas, impõe-se como incontestavelmente superior aos valores éticos.
-
6. A frase em que se admite transposição da forma verbal para a voz passiva é:
- (A) Pude assistir a um documentário sobre a atuação dos irmãos Vilas-Boas.
- (B) Cláudio Vilas-Boas estava consciente da tensão daquele momento.
- (C) O documentário viria a assumir o valor de um testamento.
- (D) São muito impressionantes os gestos de recusa do chefe indígena.
- (E) Mais que bem armada, melhor se essa cultura fosse mais justa.
-
7. É forçoso contatar os índios com delicadeza, para poupar os índios de um contato talvez mais brutal, em que exploradores submetessem os índios a toda ordem de humilhação, tornando os índios vítimas da supremacia das armas do branco.
- Evitam-se as viciosas repetições do trecho acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) poupá-los - os submetessem - tornando-os
- (B) poupá-los - lhes submetessem - os tornando
- (C) poupar-lhes - os submetessem - tornando-lhes
- (D) os poupar - submetessem-nos - lhes tornando
- (E) poupar a eles - os submetessem - tornando-lhes
-
8. A frase em que ambos os elementos sublinhados constituem exemplos de uma mesma função sintática é:
- (A) Aos irmãos Vilas-Boas coube levar adiante, da melhor maneira possível, a missão que lhes foi confiada.
- (B) Respeitar a cultura do outro deveria ser uma obrigação para quem dispõe da superioridade das armas.
- (C) "Selvageria" vem entre aspas para deixar claro que esse termo não condiz com a situação analisada no texto.
- (D) O chefe indígena não hesitou em recusar os presentes que lhe foram oferecidos.
- (E) Os irmãos Vilas-Boas desempenharam um papel fundamental nas primeiras aproximações com grupos indígenas.
-
9. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Os brancos não deviam se arvorar como superiores diante dos índios.
- (B) Os documentários de que mais aprecio na TV Educativa podem fazer pensar.
- (C) Era delicadeza a missão de cujos termos aceitaram os irmãos Vilas-Boas.
- (D) Pena que não saibamos aproveitar nada uma cultura tão rica como a deles.
- (E) Cláudio realizou várias aproximações de cujos riscos era consciente.
-
10. O termo entre parênteses pode substituir corretamente o termo sublinhado em:
- (A) *Num desses canais de TV a cabo – ou no de TV Educativa, não me lembro ao certo (...) assisti a um documentário. (certamente)*
- (B) *A delicadeza da missão desses irmãos está em que eles respeitam ao máximo a cultura indígena. (reside no fato de que)*
- (C) *Era visível a preocupação de Cláudio, pelos riscos do contato que estava fazendo. (conquanto os riscos)*
- (D) *Seria preferível que nossa cultura fosse mais justa a ser apenas a mais bem armada. (do que apenas ser)*
- (E) *Há quem defenda a ideia de que os índios seriam grandemente beneficiados se os deixássemos em paz. (literalmente fariam melhor)*



Atenção: As questões de números 11 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O sucesso da democracia nas sociedades industriais trouxe inegáveis benefícios a amplos setores antes excluídos da tomada de decisões; contudo, provocou também a perda de identidades grupais que tinham sido essenciais nos séculos anteriores. A consciência de pertencer a determinada comunidade camponesa, ou família tradicional e poderosa, ou confraria, ou cidade, ficou esmagada pelo conceito de cidadania que homogeneíza todos os indivíduos. Novos recortes surgiram – partido político, condição econômica, seita religiosa etc. – mas tão maleáveis e mutáveis que não substituíram todas as funções sociais e psicológicas do velho sentimento grupal. O futebol inseriu-se exatamente nessa brecha aberta pela industrialização ao destruir os paradigmas anteriores.

O antropólogo inglês Desmond Morris vai mais adiante e propõe que se veja no mundo do futebol um mundo de tribos. Sem dúvida o sentimento tribal é muito forte, acompanha o indivíduo por toda vida e mesmo além dela. É o que mostra no Brasil a prática de alguns serem sepultados em caixão com o símbolo do clube na tampa. [...] A atuação do torcedor no rito do futebol não é em essência muito diferente da atitude das populações tribais que, por meio de pinturas corporais, cantos e gritos, participam no rito das danças guerreiras.

Não é descabido, portanto, falar em tribo no futebol, porém não parece a melhor opção. Tribo é grupo étnico com certo caráter territorial, o que não se aplica ao futebol, cujos torcedores são de diferentes origens e estão espalhados por vários locais. Tribo é sociedade sem Estado, e o futebol moderno desenvolve-se obviamente nos quadros de Estados nacionais. Talvez seja preferível falar em clã. Deixando de lado o debate técnico sobre tal conceito, tomemos uma definição mínima: clã é um grupo que acredita descender de um ancestral comum, mais mítico que histórico, contudo vivo na memória coletiva. Ainda que todo clube de futebol tenha origem concreta e mais ou menos bem documentada, com o tempo ela tende a ganhar ares de lenda, que prevalece no conhecimento do torcedor comum sobre os dados históricos. É nessa lenda, enriquecida por feitos esportivos igualmente transformados em lenda, que todos os membros do clã orgulhosamente se reconhecem. [...] O clã tem base territorial, mas quando precisa mudar de espaço (jogar em outro estádio) não se descaracteriza. Em qualquer lugar, os membros do clã se reconhecem, dizia o grande sociólogo e antropólogo Marcel Mauss, pelo nome, brasão e totem.

(Hilário Franco Júnior. **A dança dos deuses**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 213-215)

11. De acordo com o texto,
- (A) as características coletivas do futebol moderno podem prejudicar o reconhecimento de um território específico e particular, como o de um clube.
 - (B) o futebol moderno veio substituir, em grande parte, os laços pessoais de pertencimento a determinados grupos sociais.
 - (C) o esporte resultou das alterações nos regimes políticos surgidos ao longo do tempo em diversas sociedades.
 - (D) o conceito de cidadania sofreu evolução nem sempre favorável a certos grupos sociais, por descaracterizar suas normas tradicionais.
 - (E) a industrialização e a conseqüente urbanização apoderaram-se de modelos tradicionais de comportamento, especialmente nos esportes.

12. Considere as afirmativas seguintes:
- I. Identifica-se no texto uma diferenciação nas características de certos grupos nas sociedades primitivas.
 - II. Especialistas divergem na classificação dos grupos de torcedores de futebol, a partir de seu comportamento.
 - III. Hábitos tradicionais resultantes de sociedades primitivas marcam o comportamento dos torcedores dos clubes de futebol.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.

13. A afirmativa do antropólogo Marcel Mauss, reproduzida no final do texto,
- (A) é empregada como embasamento para a preferência pelo termo clã como definição do agrupamento de torcedores dos clubes de futebol.
 - (B) torna pouco aceitável o termo tribo para identificar os grupos de torcedores, pois eles nem sempre reconhecem a verdade na história dos clubes.
 - (C) mostra que a identificação do torcedor com o nome do clube vem desde as primeiras tribos que se organizaram em territórios demarcados.
 - (D) busca justificar a constatação de que as atitudes dos torcedores modernos se aproximam dos ritos tribais, com cantos e gritos.
 - (E) possibilita desconsiderar a associação de grupos de torcedores a clãs devido à origem real e documentada, por trâmites legais, dos clubes de futebol.



<p>14. Identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, no segmento:</p> <p>(A) <i>A consciência de pertencer a determinada comunidade camponesa (...) ficou esmagada pelo conceito de cidadania...</i></p> <p>(B) <i>Novos recortes surgiram (...), mas tão maleáveis e mutáveis que não substituíram todas as funções sociais e psicológicas do velho sentimento grupal.</i></p> <p>(C) <i>Sem dúvida o sentimento tribal é muito forte, acompanha o indivíduo por toda vida e mesmo além dela.</i></p> <p>(D) <i>Não é descabido, portanto, falar em tribo no futebol, porém não parece a melhor opção.</i></p> <p>(E) <i>O clã tem base territorial, mas quando precisa mudar de espaço (jogar em outro estádio) não se descaracteriza.</i></p>	<p>17. <i>O sucesso da democracia nas sociedades industriais trouxe inegáveis benefícios a amplos setores antes excluídos...</i> (início do texto)</p> <p>O mesmo tipo de complemento grifado acima NÃO ocorre APENAS em:</p> <p>(A) <i>da tomada de decisões.</i></p> <p>(B) <i>a perda de identidades grupais.</i></p> <p>(C) <i>pelo conceito de cidadania.</i></p> <p>(D) <i>um mundo de tribos.</i></p> <p>(E) <i>no conhecimento do torcedor comum.</i></p>
<p>15. Está correta a transcrição, com outras palavras, sem prejuízo para a correção e o sentido do texto, da expressão:</p> <p>(A) <i>antes excluídos da tomada de decisões</i> (1^o parágrafo) = afastados de início por atitudes autoritárias.</p> <p>(B) <i>a perda de identidades grupais</i> (1^o parágrafo) = a identificação geral nos grupos.</p> <p>(C) <i>nessa brecha aberta pela industrialização</i> (1^o parágrafo) = nos problemas trazidos pela indústria.</p> <p>(D) <i>grupo étnico com certo caráter territorial</i> (3^o parágrafo) = presença de uma nacionalidade em espaço determinado.</p> <p>(E) <i>enriquecida por feitos esportivos</i> (3^o parágrafo) = alimentada por ações de destaque no esporte.</p>	<p>18. ... que <u>prevalece</u> no conhecimento do torcedor comum sobre os dados históricos. (3^o parágrafo)</p> <p>A frase cujo verbo exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima é:</p> <p>(A) ... que <u>homogeneíza</u> todos os indivíduos.</p> <p>(B) ... o sentimento tribal é muito forte ...</p> <p>(C) ... <u>acompanha</u> o indivíduo por toda vida ...</p> <p>(D) ... que (...) <u>participam</u> no rito das danças guerreiras.</p> <p>(E) ... e <u>estão</u> espalhados por vários locais.</p>
<p>16. – <i>partido político, condição econômica, seita religiosa etc.</i> – (1^o parágrafo)</p> <p>O segmento isolado pelos travessões denota, no texto,</p> <p>(A) transcrição exata de informações obtidas em outros autores.</p> <p>(B) redundância intencional, para valorizar a descaracterização grupal.</p> <p>(C) enumeração esclarecedora de uma expressão anterior.</p> <p>(D) realce de uma ideia central, com a pausa maior inserida no contexto.</p> <p>(E) ressalva importante, de sentido explicativo, ao desenvolvimento anterior.</p>	<p>19. <i>Clã é um grupo que acredita descender de um ancestral comum, mais mítico que histórico, contudo vivo na memória coletiva.</i> (3^o parágrafo)</p> <p>Uma nova redação, clara e correta, na qual se mantém o sentido original da afirmativa acima está em:</p> <p>(A) O clã, como grupo ligado por misticismo e história, começa com alguém de vida comum, o ancestral escolhido por sua descendência.</p> <p>(B) Os descendentes de um ancestral comum formam o grupo que identifica como clã, que as características são permanentes e vivas.</p> <p>(C) A crença em um ancestral comum, de permanente memória, cuja vida adquire foros míticos mais do que históricos, é o que define o clã.</p> <p>(D) Mesmo que permaneça vivo na memória do grupo, o clã descende de um ancestral que, embora comum, se torna mais mítico do que histórico.</p> <p>(E) A memória dos componentes do clã partem de um ancestral comum, que permanece vivo na história e na mítica do grupo.</p>
<p>20. <i>Deixando de lado o debate técnico sobre tal conceito, <u>tomemos</u> uma definição mínima ...</i> (3^o parágrafo)</p> <p>O verbo cuja flexão é idêntica à do grifado acima está também grifado na frase:</p> <p>(A) <u>Esperemos</u>, todos, que nossos valorosos jogadores se consagrem campeões nesta temporada.</p> <p>(B) <u>Sabemos</u> agora que a decisão final do campeonato se transformará em uma grande festa.</p> <p>(C) <u>Pretendemos</u>, nós, torcedores, visitar as dependências do clube ainda antes das reformas.</p> <p>(D) <u>Queremos</u> que alguns dos troféus conquistados pelo clube fiquem expostos ao público.</p> <p>(E) <u>Reconhecemos</u>, embora constrangidos, que os jogadores não fizeram hoje uma boa partida.</p>	

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Em conformidade com o art. 113 da Constituição Federal: *A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho.*
A presente hipótese trata de uma norma constitucional de eficácia
- (A) limitada, definidora de princípio institutivo ou organizativo.
 - (B) limitada, definidora de princípios programáticos.
 - (C) plena, mas de natureza facultativa ou permissiva.
 - (D) contida, em razão de restrições impostas por outras normas constitucionais.
 - (E) plena, mas de natureza obrigatória, de programas ou diretrizes.
22. Tendo em vista a organização do Estado, é certo que
- (A) a União é pessoa jurídica de direito público interno e externo sendo o único ente formador do Estado Federal, uma vez que os demais entes são divisões administrativo-territoriais.
 - (B) a República Federativa do Brasil representa o Estado Federal nos atos de Direito Internacional, porque quem pratica os atos desse Direito é a União Federal e os Estados federados.
 - (C) à União cabe exercer as prerrogativas de soberania do Estado brasileiro, quando representa a República Federativa do Brasil nas relações internacionais.
 - (D) a União, por ser soberana em todos os aspectos, pode ser considerada entidade federativa em relação aos Estados membros e Municípios.
 - (E) os entes integrantes da Federação, em determinadas situações, à exceção dos Territórios, têm competência para representar o Estado federal frente a outros Estados soberanos.
23. A Constituição Federal dispõe que *o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei* (art.133), enquanto que o Estatuto da Advocacia prevê que *o advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou desacato puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em Juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB pelos excessos que cometer* (art. 7º, § 2º, da Lei nº 8.906/94). Nesse caso, a interpretação desse dispositivo estatutário, em relação à Constituição Federal, deverá ser feita
- (A) sem redução do texto, conferindo-se a essa norma uma determinada interpretação que lhe preserve a constitucionalidade.
 - (B) com redução do texto, declarando-se a inconstitucionalidade da expressão *desacato*, por ser possível em virtude da redação do dispositivo legal.
 - (C) sem redução do texto, excluindo-se dessa norma uma interpretação que lhe acarretaria a inconstitucionalidade.
 - (D) com redução do texto, declarando-se a inconstitucionalidade das expressões *injúria, difamação ou desacato*.
 - (E) com suspensão total da eficácia do texto face a impossibilidade de compatibilizá-la com a ordem constitucional normativa.
24. As iniciativas das leis orçamentárias (Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei do Orçamento Anual – LOA), cujos projetos deverão ser apresentados ao Legislativo, privativamente pelo Chefe do Executivo, nos prazos estabelecidos pela Constituição Federal, denominam-se
- (A) suplementares.
 - (B) parlamentares.
 - (C) gerais.
 - (D) discricionárias.
 - (E) vinculadas.
25. No que diz respeito ao Ministério Público, observa-se que, seus membros, sem exceção,
- (A) poderão, em quaisquer hipóteses, filiar-se a partidos políticos e disputar os mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais.
 - (B) têm a prerrogativa de exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
 - (C) poderão exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, mas com prejuízo de sua remuneração.
 - (D) têm entre as funções institucionais, o exercício de outras funções que lhes forem conferidas, desde que compatíveis com suas finalidades.
 - (E) são portadores, desde a posse, das garantias da vitaliciedade, da inamovibilidade e da irredutibilidade de vencimentos.
26. Em relação à ação direta de inconstitucionalidade por omissão de natureza federal, considere:
- I. As hipóteses de ajuizamento dessa ação não decorrem de toda e qualquer espécie de omissão do Poder Público, mas sim daquelas omissões relacionadas com as normas constitucionais de eficácia limitada de caráter mandatório, em que a sua plena aplicabilidade está condicionada à ulterior edição dos atos requeridos pela Constituição.
 - II. Como a omissão diz respeito ao dever de expedir uma lei federal, será apontado como requerido sempre o Congresso Nacional por ser órgão constitucional que permanece omissos quanto a esse dever.
 - III. Tem cabimento a concessão de medida cautelar nessa espécie de ação mandamental porque presentes os pressupostos legais, como o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.
 - IV. Não há obrigatoriedade de citação do Advogado-Geral da União – AGU nessa espécie de ação, porém é obrigatória a manifestação do Procurador-Geral da República.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) II e IV.



Direito Administrativo

27. A extinção do contrato de concessão de serviço público,

- (A) somente quando decorrente de encampação ou declaração de caducidade, importa a reversão ao poder concedente dos bens vinculados à concessão.
- (B) somente quando decorrente de encampação, pressupõe lei autorizativa específica e indenização prévia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados.
- (C) quando decorrente de declaração de caducidade, afasta o direito do concessionário de indenização pelos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados.
- (D) poderá ocorrer também por prerrogativa do concessionário, exercida na esfera administrativa, unilateralmente, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente.
- (E) quando fundada em encampação ou declaração de caducidade, depende de lei autorizativa específica, exigindo-se, no caso de encampação, também o pagamento de indenização prévia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados.

28. A decisão do Tribunal de Contas que julga as contas dos administradores e demais responsáveis pelos dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta, nos termos da competência estabelecida pelo inciso II, do artigo 71, da Constituição Federal,

- (A) possui eficácia de título executivo, exceto em relação à parcela correspondente a eventual imposição de multa.
- (B) não possui natureza jurisdicional, somente podendo ser executada após processo judicial em que se assegure ampla defesa aos administradores ou responsáveis.
- (C) constitui atividade jurisdicional atípica, exercida por órgão auxiliar do Poder Legislativo, não sendo passível de revisão pelo Poder Judiciário.
- (D) vincula a autoridade administrativa ao seu cumprimento, somente sendo passível de revisão ou rescisão, na esfera administrativa, pelo próprio Tribunal de Contas.
- (E) na hipótese de julgar as contas irregulares, somente produz efeito após confirmada em processo administrativo disciplinar instaurado no âmbito do órgão próprio da Administração, em que seja assegurada ampla defesa ao administrador ou responsável.

29. Os atos praticados por dirigentes de entidades autárquicas integrantes da Administração Pública

- (A) podem ser impugnados por meio de recurso dirigido ao Chefe do Executivo, independentemente de previsão legal, com base no princípio da hierarquia.
- (B) podem ser revistos, de ofício, pelo Ministério a que se encontra vinculada a entidade autárquica, em decorrência do princípio da tutela.
- (C) comportam revisão por autoridades da Administração centralizada nas hipóteses expressamente previstas em lei.
- (D) não comportam qualquer espécie de controle administrativo, sendo passíveis de impugnação apenas pela via judicial.
- (E) uma vez aperfeiçoados, não mais podem ser revistos pela autoridade prolatora.

30. Em uma concorrência pública, já ultrapassada a fase de habilitação e abertos os envelopes de proposta dos licitantes, vem ao conhecimento da comissão de licitação um fato superveniente que levaria à inabilitação de um dos licitantes. Nessa situação,

- (A) a Administração deve anular o processo de licitação.
- (B) o licitante em questão pode ser desclassificado com base em tal fato, sem prejuízo para a validade do processo.
- (C) o licitante em questão não pode ser desclassificado com base em tal fato, eis que se operou a preclusão.
- (D) a Administração, embora não possa desclassificar o referido licitante, tem a faculdade de desconsiderar a proposta por ele apresentada.
- (E) o licitante poderá ser afastado do certame somente pela via judicial.

31. A doutrina aponta entre as principais características das agências reguladoras no ordenamento jurídico brasileiro

- (A) a desvinculação das normas constitucionais aplicáveis aos entes da Administração Pública, o que confere às agências maior grau de autonomia e independência.
- (B) a personalidade de direito privado e a autonomia administrativa e orçamentária.
- (C) a personalidade de direito público, com menor grau de autonomia administrativa em relação às demais autarquias.
- (D) a especialidade, a neutralidade, a independência e a competência legislativa exclusiva para disciplinar a prestação do serviço público ou atividade econômica sob sua fiscalização.
- (E) o regime jurídico especial, fixado na lei que a institui, garantindo maior grau de autonomia administrativa e orçamentária que o conferido às demais autarquias.

32. O sistema de controle interno da Administração Pública

- (A) deve ser exercido de forma independente em relação ao controle externo a cargo do Poder Legislativo, não cabendo integração entre as duas modalidades de controle.
- (B) visa a assegurar a legalidade da atividade administrativa, não se aplicando, todavia, à fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da Administração, que são aspectos reservados ao controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas.
- (C) autoriza a anulação dos próprios atos, quando eivados de vício, e a revogação, por motivo de conveniência e oportunidade, vedado o exame pelo Poder Judiciário.
- (D) decorre do poder de autotutela e, portanto, somente pode ser exercido de ofício.
- (E) constitui o poder de fiscalização e correção que a Administração exerce, de forma ampla, sobre sua própria atuação, sob os aspectos de legalidade e mérito.

**Direito Civil**

33. O mandato conferido com a cláusula *em causa própria*
- (A) dispensa o mandatário da obrigação de prestar contas.
 - (B) pode ser revogado pelo mandante e tal revogação terá eficácia.
 - (C) se extingue pela morte de qualquer das partes.
 - (D) impede o mandatário de transferir para si os bens móveis ou imóveis que constituem seu objeto.
 - (E) não terá eficácia jurídica, pois é da essência do contrato a prática de atos em benefício do mandante.

34. A respeito das modalidades das obrigações, considere:
- I. Nas obrigações solidárias, convertendo-se a prestação em perdas e danos, não mais subsiste a solidariedade.
 - II. Nas obrigações de dar coisa incerta nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
 - III. Perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
 - (E) III.
35. Quanto ao termo do negócio jurídico, é INCORRETO afirmar que
- (A) os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.
 - (B) considerar-se-á prorrogado o prazo até o seguinte dia útil, se o dia do vencimento cair em feriado.
 - (C) considera-se meado, em qualquer mês, o seu décimo quinto dia.
 - (D) os prazos de meses e anos expiram-se no dia de igual número do de início, ou no imediato, se faltar exata correspondência.
 - (E) o termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito.

36. A transação
- (A) não se anula por erro de direito a respeito das questões que forem objeto de controvérsia entre as partes.
 - (B) interpreta-se de forma ampla e por ela declaram-se, reconhecem-se ou transmitem-se direitos.
 - (C) concluída entre o credor e o devedor não desobrigará o fiador.
 - (D) entre um dos credores solidários e o devedor não extingue a obrigação deste para com os outros credores.
 - (E) entre um dos devedores solidários e o seu credor não extingue a dívida em relação aos co-devedores.

Direito Processual Civil

37. A respeito das partes e procuradores é INCORRETO afirmar que
- (A) a alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato *inter vivos*, não altera a legitimidade das partes.
 - (B) o adquirente ou o cessionário poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante, ou cedente, sem que o consinta a parte contrária.
 - (C) a sentença, proferida contra as partes originárias, estende os seus efeitos ao adquirente ou ao cessionário.
 - (D) dar-se-á a substituição, ocorrendo a morte de qualquer das partes, pelo seu espólio ou pelos seus sucessores.
 - (E) o advogado poderá, a qualquer tempo, renunciar ao mandato, provando que cientificou o mandante a fim de que este nomeie substituto.

38. A respeito da competência territorial, considere:
- I. É competente o foro da residência da mulher, para a ação de separação dos cônjuges.
 - II. É competente o foro do domicílio do devedor, para a ação de títulos extraviados.
 - III. Havendo dois ou mais réus, com diferentes domicílios, serão demandados no foro do domicílio do autor.
 - IV. A competência em razão do território fixada por lei não pode ser modificada por convenção das partes para eleger foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.



Direito do Trabalho

39. Nas férias coletivas, o trabalhador que ainda não tiver cumprido o período aquisitivo integral

- (A) poderá negar-se ao gozo das férias.
- (B) não gozará das férias, mantendo-se no trabalho ou à disposição do empregador.
- (C) não receberá o valor das férias, embora descanse o período todo.
- (D) receberá o valor das férias, mas haverá de compensá-lo, quando vier a complementar o período aquisitivo.
- (E) gozará das férias coletivas, iniciando-se um novo período aquisitivo imediatamente após o término dos dias de descanso.

40. Para atender à determinação legal, os grevistas deverão dar notícia do movimento com antecedência mínima de

- (A) 24 horas para atividades essenciais e 48 para comuns.
- (B) 48 horas, em quaisquer atividades.
- (C) 72 horas, em quaisquer atividades.
- (D) 48 horas para atividades comuns e 72 para essenciais.
- (E) 48 horas para atividades essenciais e 72 para comuns.

41. O controle formal de jornada de trabalho é inexigível, do ponto de vista legal,

- (A) das empresas com menos de 200 empregados.
- (B) das empresas com menos de 20 empregados.
- (C) das atividades externas, incompatíveis com o controle de horário.
- (D) das instituições sem fins lucrativos, mesmo que tenham mais de 10 empregados.
- (E) das empresas com menos de 100 empregados.

42. Embora não seja a empregadora direta do trabalhador, a empresa tomadora de serviços responderá subsidiariamente pelos créditos decorrentes da relação de emprego, segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho,

- (A) apenas se houver falta de registro do emprego junto ao prestador de serviços.
- (B) sempre que as atividades desenvolvidas pelo trabalhador forem coincidentes com suas atividades-fim.
- (C) sempre que as atividades desenvolvidas pelo trabalhador forem coincidentes com as atividades-fim da prestadora de serviços, sua empregadora.
- (D) sempre que houver inadimplemento das obrigações trabalhistas do empregador (prestador de serviços), mesmo que não figure no polo passivo da relação processual ou no título executivo.
- (E) sempre que houver inadimplemento das obrigações trabalhistas do empregador (prestador de serviços), desde que participe da relação processual e figure no título executivo.

43. A garantia de emprego do empregado integrante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) é

- (A) exclusiva do representante do empregador.
- (B) abrangente de todos os membros da comissão, eleitos e indicados.
- (C) inclusiva do suplente do representante do empregador.
- (D) do representante dos empregados e seu suplente, eleitos.
- (E) do representante dos empregados e seu suplente, indicados pelo empregador.

44. O adolescente pode trabalhar

- (A) em qualquer atividade lícita, a partir dos 18 anos de idade.
- (B) em qualquer atividade lícita, a partir dos 13 anos de idade, desde que autorizado pelo Ministério Público do Trabalho.
- (C) como aprendiz, desde que autorizado pelos pais, a partir de 13 anos de idade.
- (D) em atividades insalubres e perigosas, desde que autorizados pelos pais, a partir de 16 anos de idade.
- (E) em quaisquer atividades, desde que autorizado pelos pais, a partir dos 15 anos de idade.

45. As entidades sindicais profissionais, segundo o sistema legal brasileiro, adquirem personalidade sindical

- (A) com a aprovação de seu estatuto pela assembleia.
- (B) com o registro no MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, devidamente publicado.
- (C) após o depósito dos estatutos em cartório de registro de pessoa jurídica.
- (D) com o depósito da ata de constituição perante o sindicato da categoria econômica correspondente.
- (E) a partir da aprovação da ata de constituição, pelos presentes à assembleia.

Direito Processual do Trabalho

46. Nos recursos contra decisões tomadas sob o rito sumariíssimo, o Ministério Público do Trabalho, desde que não seja parte no litígio,

- (A) não opinará.
- (B) opinará, havendo interesse, na sessão de julgamento.
- (C) participará mediante parecer escrito e sempre prévio à sessão de julgamento.
- (D) dará parecer escrito, mas o apresentará, necessariamente, durante a sessão.
- (E) opinará, antes da distribuição do processo ao relator.



47. As razões finais do processo do trabalho, segundo o regramento da Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) constituem direito da parte, são sempre escritas e podem ser indeferidas pelo juiz.
 - (B) são faculdade do juiz, nunca poderão ser escritas e as partes têm 20 minutos para aduzi-las, quando orais.
 - (C) constituem direito das partes; se realizadas em audiência, o tempo reservado para cada uma das partes é de 10 minutos.
 - (D) constituem direito da parte, que podem escolher se as aduzem oralmente ou se as fazem por escrito, independentemente, neste último caso, de deferimento judicial.
 - (E) realizam-se oralmente, exceto nos casos de instrução por carta precatória, quando podem ser enviadas pelo correio.
48. Na ação que vise, como provimento final, a reintegração do trabalhador estável, a reintegração concedida por liminar tem natureza de
- (A) medida compensatória.
 - (B) medida preventiva, de caráter pacificador.
 - (C) antecipação dos efeitos da tutela.
 - (D) medida cautelar.
 - (E) medida inibitória.
49. A decisão na exceção de incompetência, por seu caráter interlocutório, não se submete a recurso imediato, no processo do trabalho, EXCETO se
- (A) for acolhido o pedido, determinando-se a remessa dos autos a outra vara, da mesma Região.
 - (B) for parcialmente acolhido o pedido, determinando-se a permanência dos autos na vara da distribuição original.
 - (C) for acolhido o pedido, determinando a remessa dos autos ao Tribunal Regional do Trabalho a que estiver vinculada a vara da distribuição original.
 - (D) der provimento ao pedido e determinar a remessa para vara de outra Região ou de outro ramo do Poder Judiciário.
 - (E) negar provimento ao pedido.
50. São ações de competência originária dos Tribunais
- (A) a ação rescisória, o mandado de segurança contra ato de juiz e o dissídio coletivo.
 - (B) a ação rescisória, o mandado de segurança e a ação de cumprimento.
 - (C) o mandado de segurança contra ato da fiscalização do trabalho, o dissídio coletivo regional e a ação rescisória.
 - (D) o *habeas corpus* contra prisão determinada por magistrado de primeiro grau, a ação rescisória e a ação de cumprimento de sentença normativa.
 - (E) a ação anulatória de cláusula coletiva, a ação de cumprimento de cláusula coletiva e o dissídio coletivo.
51. Segundo as regras de distribuição do ônus da prova no processo do trabalho, será de responsabilidade
- (A) do trabalhador a prova do fato impeditivo de seu direito.
 - (B) do trabalhador a prova da identidade de funções, no pedido de equiparação salarial, quando a defesa demonstra que os comparandos exerciam cargos diferentes.
 - (C) do empregador, qualquer que seja o tema, já que ele é *hiper-suficiente* na relação contratual.
 - (D) nunca do empregado, porque é hipossuficiente na relação de direito material.
 - (E) do empregador a prova dos fatos constitutivos do direito alegado na inicial.
52. O regramento da gratuidade judiciária vigente no processo do trabalho, segundo prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, decorre da
- (A) comprovação da falta de suficiência econômica, mediante atestado emitido por entidade pública.
 - (B) prova da condição de desempregado, pelo prazo mínimo de 90 dias.
 - (C) demonstração de que não há ninguém, no domicílio do interessado, com renda igual ou superior a dois salários mínimos.
 - (D) percepção de até dois salários mínimos, assistência do sindicato e apresentação do atestado de pobreza.
 - (E) mera declaração do interessado de que não tem condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo próprio ou de sua família.
- Direito Penal**
53. Quem exige como garantia de dívida, abusando das situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima, comete crime de extorsão
- (A) mediante sequestro.
 - (B) consumada, em seu tipo fundamental.
 - (C) tentada, em seu tipo fundamental.
 - (D) indireta.
 - (E) qualificada, na forma tentada.



<p>54. NÃO constitui crime contra a organização do trabalho</p> <p>(A) persuadir alguém, mediante afirmativas falsas, a participar ou deixar de participar de determinado sindicato ou associação profissional.</p> <p>(B) constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias.</p> <p>(C) frustrar, mediante fraude ou violência, obrigação legal relativa à nacionalização do trabalho.</p> <p>(D) constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a não adquirir de outrem matéria prima ou produto industrial ou agrícola.</p> <p>(E) frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho.</p>	<p>58. Designar os ordenadores de despesas e os Servidores que deverão compor a Comissão Permanente de Licitação é competência originária do</p> <p>(A) Desembargador Auxiliar da Corregedoria.</p> <p>(B) Vice-Presidente do Tribunal.</p> <p>(C) Corregedor.</p> <p>(D) Presidente do Tribunal.</p> <p>(E) Tribunal Pleno.</p>
<p>55. José encontrava-se preso, cumprindo pena por crime de roubo. Em determinado dia, trocou de roupa com um visitante e fugiu pela porta de entrada do presídio. Nesse caso, José</p> <p>(A) cometeu crime de fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança.</p> <p>(B) cometeu crime de arrebato de preso.</p> <p>(C) não cometeu nenhum crime, porque não empregou violência contra a pessoa.</p> <p>(D) cometeu crime de fraude processual.</p> <p>(E) cometeu crime de favorecimento pessoal.</p>	<p>59. Considere os seguintes processos:</p> <p>I. Recurso Ordinário.</p> <p>II. Agravo de Petição.</p> <p>III. Mandado de Segurança.</p> <p>IV. Embargos de Declaração.</p> <p>V. Dissídio Coletivo.</p> <p>Nos processos de competência do Tribunal Pleno, do Órgão Especial, das Seções Especializadas e das Turmas, haverá Revisor nos processos indicados APENAS em</p> <p>(A) I, II, III e V.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I, III e V.</p> <p>(E) III e V.</p>
<p>56. Quem utiliza uma tesoura para fazer girar e abrir, sem danificar, a fechadura da porta de um veículo que ato contínuo subtrai para si, comete crime de furto</p> <p>(A) qualificado pela fraude.</p> <p>(B) simples.</p> <p>(C) qualificado pela destreza.</p> <p>(D) qualificado pelo rompimento de obstáculo.</p> <p>(E) qualificado pelo emprego de chave falsa.</p>	
<p align="center">Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região</p>	
<p><u>Atenção:</u> As questões de números 57 a 60 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.</p> <p>57. Convocada a sessão do Tribunal Pleno, outras matérias administrativas deverão ser incluídas em pauta a requerimento de, no mínimo,</p> <p>(A) um terço dos seus membros, desde que distribuídas com a antecedência de no máximo quarenta e oito horas.</p> <p>(B) um terço dos seus membros, desde que distribuídas com a antecedência de setenta e duas horas.</p> <p>(C) dois terços dos seus membros, desde que distribuídas com a antecedência de setenta e duas horas.</p> <p>(D) dois terços dos seus membros, desde que distribuídas com a antecedência de no máximo quarenta e oito horas.</p> <p>(E) dois terços dos seus membros, independentemente da data da sua distribuição.</p>	<p>60. Nas sessões, os trabalhos obedecerão à seguinte ordem: verificação do número de Magistrados presentes,</p> <p>(A) julgamento de processos, discussões sobre a ata, indicações e propostas e aprovação da ata.</p> <p>(B) indicações e propostas, julgamento de processos, discussão sobre a ata e aprovação da ata.</p> <p>(C) julgamento de processos, indicações e propostas, discussão sobre a ata e aprovação da ata.</p> <p>(D) indicações e propostas, discussão sobre a ata, julgamento de processos e aprovação da ata.</p> <p>(E) discussão sobre a ata, indicações e propostas, julgamento de processos e aprovação da ata.</p>

